



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL RIO GRANDE DO NORTE

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A influência da branquitude na representação política brasileira

Data: 30 de junho de 2025.

Horário: 14h às 17h.

Local: Plenário do TRE-RN.

Presidenta da sessão: Juiz João Makson de Oliveira, presidente da Comissão de Equidade Étnico-Racial do TRE-RN.

Secretária: Maria Ruth Bezerra Maia de Hollanda, Assessora de Gestão Estratégica, Governança e Inovação do TRE-RN.

1. Abertura protocolar

Declarada aberta a sessão, foi solicitado aos presentes que ocupassem seus lugares e mantivessem seus aparelhos celulares no modo silencioso. Compuseram a mesa de honra Suas Excelências a desembargadora **Maria de Lourdes Azevêdo**, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte; participando de forma remota, a ministra **Vera Lúcia Santana Araújo**, vice-presidente da Escola Judiciária Eleitoral do TSE, reconhecida pela atuação em defesa das causas antirracistas e democráticas, sendo a segunda mulher negra a tomar posse no Tribunal Superior Eleitoral; a magistrada **Ana Paula Barbosa**, juíza auxiliar da Presidência e coordenadora do Laboratório de Inovação *Alzira Inova*; e o juiz **João Makson de Oliveira**, presidente da Comissão de Equidade Étnico-Racial e Diversidade do TRE-RN. Integraram ainda a mesa, a advogada **Micaela Costa**, presidente da Comissão de Promoção e Igualdade Racial da OAB/RN; a pesquisadora **Andressa Moraes**, professora adjunta do Instituto Humanitas de Estudos Integrados da UFRN; o juiz **Magno Kleiber Maia**, da 2ª Vara do Trabalho de Mossoró e Coordenador do Subcomitê de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do TRT da 21ª Região; e a advogada **Mariana de Siqueira**, professora e presidente do Comitê de Heteroidentificação da UFRN.

Foram prestados avisos iniciais, solicitando aos presentes o registro de assinatura na lista de presença junto à equipe de credenciamento, localizada na entrada do plenário. Aos que acompanhavam a audiência pelo canal do YouTube, foi solicitado o registro de nome e e-mail para constar na ata. Informou-

se que manifestações no chat não seriam consideradas, mas que as propostas encaminhadas seriam consignadas na ata. As inscrições para exposição oral permaneceriam abertas até o início das falas, devendo ser realizadas junto à Comissão, na pessoa da servidora Sheila.

Em observância ao item 2.5 do Edital de Audiência Pública nº 29/2025, registrou-se manifestação por escrito do servidor **João Paulo de Araújo**, analista judiciário do TRE-RN.

Nos termos do item 2.7 do edital, foi reiterado que cada inscrito teria 5 minutos para apresentação oral. Informou-se que todo o material referente à audiência seria disponibilizado no site do TRE-RN, na seção *Transparência e Prestação de Contas*, em até 30 dias, e que certificados de presença ou participação poderiam ser solicitados pelo e-mail audiencia2025@tre-rn.jus.br.

Ainda, conforme item 3.4 do edital, comunicou-se que a audiência estava sendo gravada, com posterior disponibilização do vídeo no site do TRE-RN, implicando autorização tácita para uso de imagem, voz e tratamento dos dados pessoais fornecidos, exclusivamente para fins de registro e memória institucional.

Para a abertura do evento, fez uso da palavra a presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, desembargadora **Maria de Lourdes Azevedo**.

2. Palavras iniciais

A desembargadora **Lourdes Azevedo** abriu sua fala cumprimentando autoridades, representantes da sociedade civil e servidores, ressaltando o **compromisso institucional** do Tribunal em promover o diálogo democrático sobre a influência da branquitude na representação política, tema urgente e alinhado à **Resolução CNJ nº 598/2024**. Destacou que o protocolo de julgamento com perspectiva racial impõe ao Judiciário o dever de interpretar e aplicar o direito de forma a não perpetuar desigualdades, considerando marcadores raciais e as ausências que revelam exclusões históricas.

Explicou que a **branquitude** não é apenas uma característica fenotípica, mas um **lugar de privilégio social, simbólico e político**, que atua silenciosamente como padrão de legitimidade, excluindo outras vozes. Apontou que a sub-representação de pessoas negras na política é consequência direta do **racismo estrutural**, que afeta desde o financiamento de campanhas até o acesso à visibilidade e à credibilidade social.

Reafirmou a adesão do TRE-RN ao **Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial**, com ações de formação, revisão de práticas institucionais e incentivo a candidaturas de pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas. Encerrando, citou **Nelson Mandela** para reforçar que, assim como se aprende a odiar, é possível aprender a amar — e, no campo jurídico, isso significa julgar

com justiça, atuar com equidade e construir políticas públicas que promovam reparação e transformação social.

Em seguida, a **Ministra Vera Lúcia** fez uso da palavra de forma remota, iniciando com cumprimentos, agradecimentos e autodescrição, conforme protocolo de acessibilidade. Explicou a participação virtual devido a limitações temporárias por fratura e ressaltou a importância do tema “a influência da branquitude na política”, relacionando-o à persistente sub-representação de pessoas negras e mulheres nos Três Poderes e ao racismo estrutural que ainda compromete a efetivação da cidadania plena no Brasil.

Reconheceu avanços institucionais e normativos promovidos pelo CNJ e pelo TSE para ampliar a diversidade, mas criticou a baixa efetividade de políticas afirmativas na OAB e nos partidos políticos, que não têm alterado de forma significativa a composição racial e de gênero nos espaços de poder. Abordou o conceito de “branquitude” e o “pacto narcísico” descritos por Lia Vainer Schucman e Cida Bento, explicando como esses mecanismos de manutenção de privilégios estruturais dificultam a inclusão e a ascensão de pessoas negras.

Citou marcos históricos da presença de mulheres negras na política, destacando pioneiras e o enfrentamento simultâneo ao racismo e ao sexismo. Concluiu manifestando confiança em mudanças estruturais que conduzam à construção de uma democracia racial, inclusiva e representativa, na qual a diversidade esteja assegurada e a igualdade de oportunidades seja realidade para toda a população brasileira.

A magistrada Ana Paula Barbosa deu seguimento às falas iniciais e cumprimentou os presentes, ressaltando o uso de linguagem simples e a relevância da audiência pública como parte de uma política permanente do TRE-RN voltada à equidade racial. Destacou que a democracia brasileira é incompleta, pois carece de representatividade de mulheres, negros, pardos, indígenas e quilombolas, e apontou que apenas a partir de 2014, com a exigência da autodeclaração racial no registro de candidaturas, se tornou possível mensurar a baixa participação desses grupos na política. Citou dados recentes que evidenciam a disparidade, como a proporção de 28 prefeitos brancos eleitos para cada prefeito preto nas eleições de 2024.

Relatou a criação, em 2023, do projeto “Agenda pela Equidade e pela Diversidade”, motivado pela crítica de que o tema só era lembrado no mês de novembro. O projeto realiza visitas regulares a comunidades quilombolas e indígenas em todas as zonas eleitorais do estado, oferecendo serviços como alistamento, transferência, quitação eleitoral e estímulo à autodeclaração. Informou que, até o momento, foram realizados 467 atendimentos, e ressaltou a importância do reconhecimento da identidade étnico-racial como passo inicial para a garantia de direitos.

Anunciou ainda a ampliação da iniciativa, com a participação da Defensoria Pública, do ITEP e da NOREG, para solucionar questões documentais e jurídicas durante as visitas. Concluiu reforçando que essas ações iniciais são fundamentais para aumentar a representatividade e que a audiência pública integra esse esforço, convidando todos a contribuírem com ideias para fortalecer as políticas de inclusão.

3. Abertura da audiência pública

O juiz **João Makson**, presidente da audiência, saudou os presentes e destacou a relevância da audiência pública como gesto simbólico e concreto de abertura do Judiciário ao diálogo com a sociedade civil, especialmente com grupos historicamente silenciados. Como presidente da Comissão de Equidade Étnico-Racial e Diversidade do TRE-RN, afirmou que a promoção da justiça racial é obrigação constitucional e ressaltou que a sub-representação da população negra na política resulta de um processo histórico de exclusão e da consolidação da branquitude como padrão de legitimidade. Apresentou dados das três últimas eleições gerais no RN e no país que evidenciam o abismo entre a composição racial da população e a ocupação dos espaços de poder.

Enfatizou que, embora haja crescimento no número de candidaturas pretas e pardas, o desafio é transformar esse avanço em efetiva representação política. Citou como avanços a Resolução CNJ nº 598/2024 e o protocolo para julgamento com perspectiva racial, que orientam magistrados e servidores a considerar marcadores raciais nas decisões. Ressaltou, contudo, que enfrentar o racismo estrutural exige mudança cultural, revisão de práticas e fortalecimento de canais permanentes de escuta e participação.

Defendeu o fortalecimento de ações afirmativas, o monitoramento da exclusão racial nos processos eleitorais e a parceria com sociedade civil, movimentos negros, universidades e instituições democráticas. Concluiu reiterando que o combate ao racismo é compromisso de todos os poderes e que a Justiça Eleitoral deve atuar não apenas como garantidora de normas, mas como promotora da igualdade substantiva, fazendo da audiência pública um marco de escuta, mobilização e construção de políticas duradouras.

4. Apresentações

Foram realizadas as seguintes intervenções pelos participantes convidados:

- **Deputada Estadual Divaneide Basílio:**

A deputada iniciou sua fala ressaltando a importância do TRE-RN como espaço de acolhimento e escuta, compartilhando sua trajetória como primeira mulher autodeclarada negra eleita vereadora de Natal e deputada estadual no RN. Apontou que essa conquista é marcada por uma “felicidade

entristecida” devido à persistente sub-representação negra e feminina, fruto do pacto da branquitude e do racismo estrutural. Relatou episódios de silenciamento e desrespeito em espaços institucionais, destacando que, além da dificuldade de chegar ao cargo, há o desafio da permanência diante do machismo e do racismo.

Defendeu que a ocupação desses espaços deve abrir caminho para outras mulheres negras, substituindo privilégios por direitos e ampliando a participação em igualdade de condições. Citou dados que evidenciam a concentração de recursos públicos de campanha em candidatos brancos e reforçou a necessidade de romper distorções históricas. Apresentou iniciativas legislativas voltadas à valorização da identidade negra, como o “Calendário Negro” e leis que instituem datas e eventos para discutir a história, cultura e combate ao racismo, promovendo atividades em escolas e espaços culturais para reforçar a memória e a representatividade.

Concluiu afirmando que a luta vai além da reparação, buscando respeito, valorização e presença constante da pauta racial no debate público. Ressaltou que a visibilidade deve ser contínua e não restrita a datas simbólicas, defendendo que uma mulher negra puxe outra para ampliar a diversidade e a equidade nos espaços de poder. Encerrou com a mensagem de que o enfrentamento ao pacto da branquitude exige ação política, recursos, formação e ocupação concreta dos espaços de decisão.

- **Advogada Micaele Costa:**

A advogada destacou a importância de ocupar espaços institucionais historicamente marcados pela exclusão de pessoas negras, ressaltando que a “branquitude” — sistema velado de privilégios e autopreservação — mantém a hegemonia branca na política e no sistema de justiça, mesmo com a população negra sendo maioria no país. Explicou que essa desigualdade é resultado de séculos de escravidão e racismo estrutural, o que torna a conquista e a permanência nesses espaços um desafio constante, tanto individual quanto coletivo.

Relatou a criação, em 2023, da Comissão de Promoção da Igualdade Racial da OAB-RN, fruto da mobilização de advogados e advogadas negras. Entre as ações, citou a elaboração de uma cartilha com conceitos, legislação, orientações práticas para vítimas de racismo e diretrizes de atuação, além da realização da 1ª Conferência Potiguar da Advocacia Negra, marco institucional voltado à valorização e visibilidade da pauta racial. Mencionou também o uso do Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial do CNJ como ferramenta para fundamentar petições e sensibilizar julgadores.

Apresentou dados preocupantes, como o censo da advocacia (FGV/CNJ, 2024), que indica que 64% dos advogados são brancos, apenas 33% são

negros (pretos e pardos) e menos de 1% ocupa posições de sócio em grandes bancas. Citou ainda a recente decisão do Conselho Federal da OAB que veta a inscrição de condenados por racismo. Concluiu reafirmando o compromisso com a luta pela igualdade racial, defendendo a criação de mecanismos concretos — como cotas e ações afirmativas — também no setor privado, e adotando a postura de “esperançar” por mais justiça social e equidade substantiva.

- **Professora Andressa Moraes:**

A professora, doutora em Antropologia Social, destacou a pertinência de discutir a influência da branquitude na política, conceito definido por Cida Bento como um sistema de privilégios e vantagens não declarados que sustenta desigualdades raciais. Ressaltou que, apesar de 59% da população do RN ser formada por pessoas racializadas, apenas 8% ocupam cargos políticos, revelando forte sub-representação. Enfatizou que a branquitude se manifesta em diferentes esferas sociais, desde o tratamento discriminatório cotidiano até a exclusão de corpos negros, indígenas e quilombolas das arenas decisórias.

Apontou que essa estrutura é reforçada por mecanismos como o financiamento de campanhas, que privilegia perfis já consolidados e majoritariamente brancos — evidência trazida por pesquisa da sua orientanda Larissa Nunes sobre eleições legislativas no RN. Defendeu que essa desigualdade não é exclusiva da política, mas se repete na educação, cultura e saúde, refletindo um pacto narcísico que preserva a hegemonia branca e naturaliza estereótipos e estigmas raciais.

Por fim, convocou a reflexão e a ação coletiva para romper essas estruturas e construir uma política mais plural e representativa. Reforçou que não se trata de buscar privilégios, mas igualdade de tratamento e respeito no exercício pleno da cidadania. Encerrou defendendo que audiências públicas como esta são oportunidades de iniciar mudanças, promover aprendizados coletivos e criar pontes para um futuro mais justo.

- **Professora Mariana de Siqueira**

A professora destacou que, diante de uma sociedade desigual e racista, não basta “não ser racista” — é preciso uma atuação antirracista concreta. Explicou o conceito de branquitude como sistema de poder que naturaliza privilégios, molda as instituições políticas e jurídicas e mantém a sub-representação de pessoas negras nos espaços de decisão, especialmente das mulheres negras, que sofrem dupla exclusão por raça e gênero. Ressaltou que essa desigualdade não é coincidência, mas resultado de um projeto histórico de manutenção de privilégios.

Abordou o papel de leis e políticas afirmativas, como a Lei do Crime de Racismo, o Estatuto da Igualdade Racial e as cotas raciais em concursos e eleições, reconhecendo-as como conquistas, mas também como alvos constantes de tentativas de invalidação. Destacou a polêmica em torno da categoria “pardo” nas cotas, marcada por insegurança jurídica e interpretações divergentes, defendendo a primazia da autodeclaração de boa-fé e a valorização da experiência social vivida.

Encerrou ressaltando a importância do Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial do CNJ como instrumento para fortalecer a aplicação dessas políticas. Defendeu que o enfrentamento ao racismo estrutural exige ação contínua e vigilância permanente no Judiciário, Legislativo e partidos políticos. Finalizou citando Angela Davis, afirmando acreditar na possibilidade de mudança radical por meio de ações concretas que ampliem a equidade racial.

5. Participações de inscritos

- **Senhora Rosa Marques, representante do projeto “Eu Voto em Negra” e da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco:**

Rosa Marques destacou que a iniciativa da audiência pública busca fortalecer candidaturas de mulheres negras, lembrando a participação da deputada Divaneide no projeto. Enfatizou a importância de abordar o tema da branquitude e seus privilégios, ponto que, segundo ela, raramente é tratado com profundidade, embora seja essencial para compreender a desigualdade política e social.

Observou que, apesar de avanços, o “veneno” contra o racismo ainda é aplicado “a conta-gotas”, gerando incômodo, mas também reações de ódio e expressões racistas. Criticou o discurso antirracista que não se traduz em prática, já que poucos estão dispostos a abrir mão de privilégios. Ressaltou que as estruturas políticas do país, marcadas por câmaras e assembleias majoritariamente brancas, masculinas e oligárquicas, reforçam uma falsa democracia racial.

Encerrando, parabenizou o TRE-RN pela realização da audiência e defendeu que o debate seja contínuo, com mais participação de pessoas brancas na escuta ativa. Acredita que, mesmo em doses pequenas, a reflexão crítica pode ser eficaz para provocar mudanças estruturais.

- **Senhora Piedade Marques, representante do projeto “Eu Voto em Negra” e da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco:**

Piedade Marques elogiou a coragem do TRE-RN em promover o debate sobre branquitude e representação política. Defendeu que essa discussão só é completa se conectada ao enfrentamento do racismo estrutural, sistema

que historicamente desumanizou pessoas negras, definiu lugares sociais e naturalizou a exclusão e a violência contra corpos negros. Ressaltou que compreender e atacar o racismo é condição para construir uma democracia plural e com participação efetiva.

Apontou que, no processo eleitoral, a influência da branquitude se manifesta na má distribuição de recursos de campanha, na impunidade de partidos e candidatos que descumprem regras e na prevalência da interpretação judicial que muitas vezes ignora a perspectiva racial. Defendeu que a Justiça Eleitoral reconheça e enfrente essas desigualdades, garantindo que sujeitas e sujeitos de direito tenham voz e espaço real de representação.

Encerrou afirmando que o papel do TRE e das comissões é fundamental para transformar a prática institucional em ações antirracistas cotidianas, que avancem para além do discurso. Ligou o debate à pauta da reparação, destacando a necessidade de o Estado devolver à população negra condições dignas de vida, saúde e participação política, e colocou a rede e o projeto à disposição para seguir construindo esses espaços.

- **João Paulo de Araújo, servidor e secretário judiciário do TRE-RN:**

João Paulo de Araújo parabenizou a realização da audiência pública como espaço de diálogo que reafirma o compromisso da Justiça Eleitoral com a democracia e a equidade racial.

Apresentou a proposta de criação de uma Ouvidoria Eleitoral com perspectiva racial no âmbito do TRE-RN, que funcionaria como um canal direto entre a sociedade e o tribunal para acolher denúncias, sugestões e manifestações relacionadas à temática racial no contexto eleitoral. A iniciativa incluiria equipe capacitada, atendimento sensível e sigiloso, relatórios periódicos para orientar políticas públicas e ações afirmativas, em consonância com a Resolução CNJ nº 598/2024.

Segundo ele, a medida tem viabilidade técnica e administrativa com recursos já existentes, podendo gerar impacto significativo para a população negra potiguar. Concluiu afirmando que, para se ter uma democracia plural e representativa, é necessário garantir voz e espaço para todos, inclusive para denunciar o que silencia, lembrando a vivência de sua mãe, mulher negra que enfrentou diariamente o racismo estrutural.

6. Deliberações e encaminhamentos

Após as exposições, foi registrada que **a proposta** apresentada pelo servidor João Paulo de Araújo **de criação de Ouvidoria Eleitoral com Perspectiva Racial será objeto de deliberação e pauta para análise futura**, dada a sua relevância para o fortalecimento da inclusão racial no processo eleitoral.

Não havendo mais inscritos para manifestações e considerando a relevância do tema debatido e as contribuições apresentadas, foi proposta como deliberação desta audiência pública a instituição de **meta específica da Justiça Eleitoral voltada à criação de mecanismos que assegurem a efetividade das garantias fundamentais voltadas à inclusão racial no processo eleitoral**.

7. Considerações finais

A palavra foi concedida à presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, desembargadora **Maria de Lourdes Azevedo**, que, em nome do TRE-RN, agradeceu a todas as participações e contribuições, presenciais e virtuais, reafirmando a disposição da Corte em manter diálogo aberto com a sociedade civil para o desenvolvimento de ações e projetos sobre a temática. Ressaltou a importância histórica e social da contribuição da população negra para a formação do país e a necessidade de enfrentamento do racismo, prática que considerou perniciosa e incompatível com os valores democráticos.

Destacou a relevância da política instituída pelo CNJ, que incentiva os tribunais a realizarem julgamentos com perspectiva racial, e a importância de promover espaços de aprendizado e sensibilização, como o proporcionado pela presente audiência.

8. Encerramento

O presidente da sessão, **juiz João Makson**, encerrou a audiência pública às 17h30, agradecendo o engajamento de todas as pessoas participantes para a realização do evento.

**Audiência pública gravada para consulta por quaisquer pessoas e entidades interessadas, com vídeo veiculado no canal oficial do TRE-RN no YouTube (com recursos de acessibilidade – Libras e audiodescrição) e também no site do TRE, implicando na autorização, por todas as pessoas que dela participarem, do uso da imagem, voz e tratamento dos dados pessoais voluntariamente fornecidos para a finalidade de identificação de registro de memoriais.*

JOAO MAKSON
BASTOS DE
OLIVEIRA:64322
734391

Assinado de forma
digital por JOAO
MAKSON BASTOS DE
OLIVEIRA:64322734391
Dados: 2025.08.08
10:41:53 -03'00'

Juiz João Makson de Oliveira

Presidente da audiência pública

MARIA RUTH
BEZERRA MAIA DE
HOLLANDA:502777
66400

Assinado de forma digital por
MARIA RUTH BEZERRA MAIA
DE HOLLANDA:50277766400
Dados: 2025.08.08 13:19:01
-03'00'

Maria Ruth Bezerra Maia de Hollanda

Secretária

**AUDIÊNCIA PÚBLICA (A INFLUÊNCIA DA BRANQUITUDE
NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA)**

LISTA DE PRESENÇA - 30 DE JUNHO DE 2025

NOME	E-MAIL
Marcelina Betânia M. de Andrade	maria.betanie@tre-m.jus.br
João Paulo de Araújo	joao.araujo@tre-m.jus.br
Felipe Maria N. da Rocha	felipe.rocha@tre-m.jus.br
Joanez M. P. Costa G. de Faria	joanez.faria@tre-m.jus.br
Mikaelle Costa	mikaellecosta@gmail.com
João Jonathan Paiva	
Nádia Almeida Távora Cortez	nadia.cortez@tre-m.jus.br
Valdeir Mário Pereira	valdeir.pereira@tre-m.jus.br
Luane A. Fraz	luan.df89@gmail.com
Humberto R. Lima	lima.natal@hotmail.com
João Henrique de Almeida	joao.henrique@tre-m.jus.br
Tatiana Costa Medeiros	Tatiana Costa Medeiros
Anni Evelyn de Lima Avelino	anniacavilino@gmail.com

**AUDIÊNCIA PÚBLICA (A INFLUÊNCIA DA BRANQUITUDE
NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA)**

LISTA DE PRESENÇA - 30 DE JUNHO DE 2025

NOME	E-MAIL
Fernanda Araújo Cruz Barbosa	Fernanda.barbosa@TRE-RN-jus.br
Ana Esmeralda B. Fonseca	ana.esmeralda@tre-en-jus.br
Gustavo Martins de Almeida	GUSTAVO.ALMEIDA@TRE-RV-jus.br
THIAGO DE MEDeiros DANTAS	THIAGO.DANTAS@TRE-RV-jus.br
Reinaldo Vinan	reinaldo.vinan@tre-rn-jus.br
Hercley Medeiros	Hercley.Fernandes@Tre- RN-jus.br
MILENA	milena.lima@tre-rn-jus.br SDB-AUDI-MILENA LIMA
Weli ka Welkovic C Melo	welika.welkovic@tre-rn-jus wwcmelo@gmail.com
Alexandre F. e Souza	alex.souza@tre-en-jus.br
Felix Fielho	Felix.Fielho@tre-rn-jus.br
Wesley Augusto de Azevedo	wesley.azevedo@tre-rn-jus.br
Francisco Emanuel Campelo dos Santos	emmanuel.campelo.estagiario@tre-rn-jus.br
Devania Araújo de F. Varella	devania.araujo@tre-rn-jus.br

AUDIÊNCIA PÚBLICA (A INFLUÊNCIA DA BRANQUITUDE
NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA)

LISTA DE PRESENÇA - 30 DE JUNHO DE 2025

NOME	E-MAIL
PEDRO BARROS DINIZ	PEDROBARROSDINIZ@HOTMAIL.COM
Josiana F. Bzeira	josianabzeira709@gmail.com
Anna Beatriz Jh	annaflor025@gmail.com
Junior Lucas A. Luth	Junior44@Gmail.com
Tony SWAMARN VAS CASTRO	TS0408@HOTMAIL.COM
Mariomc Nunes A. N. Dimiz	mariomcmanndimiz@gmail.com
Ana Karinne de C.C. Branco	ana.karinne450902@gmail.com
Ana Carolina Queiroga	queiroga carol 08@gmail.com
Anchea Campos.	anchea.campos@tre-an.jus.br
Riquele Karine Alves	riqueleuf@gmail.com
Juliana C. de A. Monte Sampaio	julianamont@tjrn.jus.br
Reyter F. R. Moraes	reyterlik@gmail.com
Carlos Henrique Câmara de Souza	carlos.henrique.estojario@gmail.com

**AUDIÊNCIA PÚBLICA (A INFLUÊNCIA DA BRANQUITUDE
NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA)**

LISTA DE PRESENÇA - 30 DE JUNHO DE 2025

NOME	E-MAIL
Jairo Silva Moisés	jairo.moises@tre-rn.jus.br
Anna Christina Pisco	anna.pisco@tre-rn.jus.br
Jelisson Henrique C. de Azevedo	jelisson.guimaraes@tre-rn.jus.br
Davi Amorim Lima	davi.amorim.estagiario@tre-rn.jus.br
Divaneide Basilio	mandato.diva@gmail.com
Magnus Kleber Azevedo	magnus@trt21.jus.br
João Makson Brito de Oliveira	joaomaknon@gmail.com
Andressa R. M. Lima	andressa.morais@ufrrn.br
Marcia Ruth P. M. de Hollanda	marcia.ruth@tre-rn.jus.br
Sara Angelica O. Cardoso	sara.cardoso@tre-rn.jus.br
Magie de Lourdes M. Aguiar	
A	mapaulanunes@ufrrn.jus.br